



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2018 - OSP

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE LIGA AS LOCALIDADES DE RAPIRÃ A ORIENTE NO MUNICÍPIO DE ITAREMA – CEARÁ.

A Secretária de Obras e Serviços Públicos do Município de Itarema, através da Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeada pela **Portaria nº 006/2018 de 03 de janeiro de 2018**, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previsto, abrirá licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, no tipo menor preço global, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas nesta Concorrência Pública, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores e em consonância com as demais normas legais em vigor e ainda na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

HORA, DATA E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

Às 09:00 horas

Do dia 02 de maio de 2018

No endereço: Praça Nossa Senhora de Fátima, 48 – Centro – CEP 62.590-000 – Itarema – CE.
Sala da Comissão Permanente de Licitação – Prefeitura.

Constituem parte integrante desta Concorrência, independente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Carta Proposta Padrão;

ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III – Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha de Preço, BDI e Cronograma Físico Financeiro;

ANEXO IV – Modelo de Declaração que não emprega menor;

ANEXO V – Declaração de Concordância com os termos do Edital.

1.0 – DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

Prefeitura Municipal de Itarema

Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000

Fone: (0xx88) 3667.1133 | Fax: (0xx88) 3667-1340

CNPJ: 07.663.941/0001-54 | CGF: 06.920.187-0

05

9



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



1.1- A presente licitação tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE LIGA AS LOCALIDADES DE RAPIRÃ A ORIENTE NO MUNICÍPIO DE ITAREMA - CEARÁ.**

1.2- O valor estimado da presente licitação tem o valor global de R\$ 3.181.492,12(Três Milhões Cento e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Doze Centavos) recursos oriundos do Departamento de Estradas e Rodovias – DER do Estado do Ceará, através do MAPP 1248, conforme anexo deste edital.

2.0 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas neste município, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.1.2. Não poderá participar empresa com falência decretada;

2.1.3. É vedada a participação em consórcio, à subcontratação parcial ou total para a execução do objeto desta licitação;

2.1.4. Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório, sobre pena de inabilitação de ambas a critério da comissão.

2.1.5. A empresa interessada em participar do referido processo, deverá prestar garantia também até o 3º (terceiro) **dia útil** anterior à data do recebimento das propostas, no valor equivalente a 1% (hum por cento), sobre o valor estimado, por qualquer uma das modalidades previstas na Lei 8.666/93, no prazo de validade da proposta, de acordo com o estimado do objeto desta licitação, constante no item 1.2 supra descrito, apresentando referida garantia junto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de ITAREMA, que emitirá o respectivo comprovante de recebimento.

2.1.5.1- A garantia a que se refere o **item 2.1.5** acima poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro a ser depositado no BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA: 3881-4 CONTA-CORRENTE Nº 18.639-2 CAUÇÃO.
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança-Bancária, com firma reconhecida do(s) emitente(s);

2.2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES

2.2.1. Poderá participar do presente certame licitatório, pessoa jurídica, devidamente habilitada a executar o objeto desta licitação, formalmente escolhida e convidada ou legitimamente interessados, na forma do que dispõe o § 1º do art. 22 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



2.2.2. Os Documentos de habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprovem tal condição através de documento legal.

2.2.3. Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE junto à COMISSÃO, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

3.0 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

3.1. Os Documentos de Habilitação em 01 (uma) via, deverão ser entregues, contidos em invólucro opaco e fechado com cola e/ou de forma tal que torne detectável qualquer intento de violação de seu conteúdo, estes trazendo na face o seguinte sobrescrito, conforme abaixo:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA
CONCORRÊNCIA Nº XXXX.XX/XXXX
ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DO PROPONENTE**

3.2 – DA HABILITAÇÃO

3.2.1 – PARA HABILITAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SERÁ EXIGIDA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

3.2.1.1. Cédula de identidade e CPF do responsável legal ou signatário da proposta.

3.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos ou consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

3.2.1.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.2.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ.

3.2.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prefeitura Municipal de Itarema
Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000
Fone: (0xx88) 3667.1133 | Fax: (0xx88) 3667-1340
CNPJ: 07.663.941/0001-54 | CGF: 06.920.187-0



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



3.2.2.1. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014;

3.2.2.2. Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

3.2.2.3. Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal da sede do licitante;

3.2.2.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS;

3.2.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, conforme art. 29 da Lei 8.666/93, alterada pelo Art. 3º da Lei 12.440/1 de 8 de Julho de 2011. site: www.tst.jus.br.

3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.1. Prova de inscrição ou registro da LICITANTE, junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da PROPONENTE.

3.3.2. Declaração do Responsável Legal de indicação das **INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO, e PESSOAL TÉCNICO** adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, indicando ainda suas respectivas qualificações, onde a equipe técnica indicada deverá declarar sua inteira concordância com a inclusão de seu nome junto ao grupo técnico responsável pela efetivação da obra;

3.3.3. Declaração fornecida pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos comprovando que a licitante, por intermédio de seu Responsável Técnico (Engenheiro Civil), tenha visitado o local dos serviços, até o 3º (terceiro) dia, anterior a data da realização do certame e tomando conhecimento de todas as condições que possam orientar a elaboração completa da proposta de Preços.

3.3.4. Declaração fornecida pelo Responsável Legal que tomou conhecimento de todas as condições que possam orientar a elaboração completa da proposta de Preços, bem como que de posse do Edital com os projetos completos tirou todas as dúvidas com relação aos serviços, tendo condições de executá-los;

3.3.5. Comprovação da licitante de possuir, como responsável técnico – Engenheiro Civil – em seu quadro permanente, devidamente habilitado e reconhecido pelo CREA, detentor de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**, comprovando a execução de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superiores ao objeto



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



da licitação; fornecido por entidades públicas ou privadas, com as seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

3.3.5.1. Execução de concreto betuminoso usinado a quente CBUQ

3.3.5.2. Execução de meio-fio em concreto usinado ou similar

3.3.6. Vedada a participação de profissional como responsável técnico de mais de uma licitante, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes;

3.3.6.1. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

a) O **EMPREGADO**, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da “ficha ou livro de registro de empregado” e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, juntamente com comprovação de suas obrigações fiscais;

b) O **SÓCIO**, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato Social e Aditivos, se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial;

c) Se **CONTRATADO**, apresentar contrato de prestação de serviço, vigente na data de abertura deste certame, comprovando o registro do responsável técnico da licitante junto ao CREA, acompanhado de declaração ou documento equivalente expedido, também pelo CREA, que indique a relação das empresas em que o profissional contratado figure como responsável técnico.

3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.4.1. Balanço Patrimonial, assinado por contabilista devidamente habilitado, juntamente com o representante da empresa, onde devem fazer parte as demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentadas na “**forma da lei**” que comprove a boa situação financeira da empresa.

3.4.1.1. Entende-se por “**forma da lei**” o seguinte:

Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e parágrafo 5º, da Lei Federal Nº 6.404/76).

Quando outra forma societária, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto-lei Nº 486/69), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio acompanhado da Certidão de Regularidade do Profissional – CRP reconhecido pelo conselho regional de contabilidade, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

3.4.1.2. Sociedades constituídas há menos de ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



3.4.2. Comprovação de boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

- 3.4.2.1 - LG = Liquidez Geral
- 3.4.2.2 - LC = Liquidez Corrente
- 3.4.2.3 - SG = Solvência Geral

Onde:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longa Prazo}}$

3.4.3. Apresentar Certidão Negativa de Falência ou de Concordata expedida pelo Distribuidor Judicial, da sede da empresa dentro do prazo de validade;

3.4.4 - Comprovante de Recibo expedido pelo Setor de Tesouraria da Prefeitura Municipal, confirmando o valor equivalente a 1% (hum por cento), sobre o valor estimado de acordo com o **item 1.2**, em uma das modalidades citadas no **item 2.1.5.1**;

3.4.5. A microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar junto aos documentos habilitatórios, para exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar 123/2006 os seguintes documentos:

3.4.6.1 – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 123/2006:

3.4.6.1.1. Comprovante de opção pelo Sistema nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>;

3.4.6.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.4.6.2 – Empresas não optante pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 123/2006:

3.4.6.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

3.4.6.2.2. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



3.4.6.2.3. Cópia do contrato social e suas alterações;

3.4.6.2.4. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum impedimento previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, com firma reconhecida.

3.4.7 – DEMAIS EXIGÊNCIAS:

3.4.7.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.4.7.2. Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos.

3.4.7.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação de ausência de agentes da empresa pertencentes a administração de acordo com todas as condições estabelecidas no edital;

3.4.7.4. Declaração de Concordância e Indicação do responsável técnico e atestado de vistoria técnica do local da obra;

3.4.7.5. Licença de Operação da usina de asfalto a ser utilizada no serviço conforme resolução do CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986 e nº 237 de 19 de dezembro de 1997;

3.4.7.6. Alvará de Licença de Funcionamento da empresa;

3.4.7.7. Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida pela sede da Licitante, expedida até 30 (trinta) dias antes da abertura da licitação;

3.5 – OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA DEVERÃO SER APRESENTADOS:

3.5.1. Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;

3.5.2. Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

4.0 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços deverá ser feita em 01 (uma) via, "original" em papel timbrado da Licitante devidamente assinada pelo seu representante legal e responsável técnico, sendo



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



numerada sequencialmente com os demais documentos componentes das propostas de preços, sem rasuras ou emendas com firma reconhecida na carta proposta;

4.2. O prazo de validade da Proposta de Preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.3. O preço deverá ser cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com a inclusão de todas as despesas, tais como: impostos, fretes, taxas, seguro e quaisquer outras que forem devidas. Ocorrendo divergências entre os valores, prevalecerão os escritos por extenso;

4.4. Também acompanharão obrigatoriamente a proposta comercial, como partes integrantes da mesma: Planilhas de Orçamentos, contendo preços unitários e totais de todos os itens de serviço constantes do ANEXO III, juntamente com a Composição de Preços Unitários, para cada serviço constante dos orçamentos apresentados, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra e ainda a composição de BDI e Cronograma Físico Financeiro;

4.5. Tendo em vista que a presente Licitação trata de Empreitada por preço global, o orçamento constante ANEXO III, servirá apenas de orientação, sendo de responsabilidade da LICITANTE o levantamento dos quantitativos em função das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e de vistoria prévia no local da obra, não podendo, no entanto, o preço total previsto para os serviços serem superiores aos estabelecidos no item 1.2 do edital **R\$ 3.181.492,12(Três Milhões Cento e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Doze Centavos)**.

4.6. Correrão por conta da PROPONENTE vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta;

4.7. O prazo de validade da proposta deverá estar expresso na proposta apresentada, como condicionante critério de desclassificação.

4.8. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;

4.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



4.10. A proposta de preços deverá ser entregue à CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis, em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA
CONCORRÊNCIA Nº: XXXX.XX/XXXX
ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇO
NOME DO PROPONENTE:**

5.0 – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 5.1. A presente Licitação na modalidade Concorrência será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.2. Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos;
- 5.3. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva Ata;
- 5.4. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta;
- 5.5. Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.6. O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preço será realizada no dia, hora e local previsto nesta Concorrência;
- 5.8. Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e "B" PROPOSTA DE PREÇO, proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação;
- 5.7. Em seguida será dada vista dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam se quiserem, ao exame e se utilizem às faculdades outras previstas na Lei;
- 5.8. A Comissão poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;
- 5.9. Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, Inciso I alínea "a", da Lei de Licitações, disponibilizará os envelopes de propostas de preço aos licitantes inabilitados;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



5.10. Abertura das propostas das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes;

5.11. Divulgação do resultado do julgamento das propostas e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, Inciso I alínea "b", da Lei nº 8.666/93;

5.12. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

6.0 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

A - AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A"

6.1. Compete exclusivamente à Comissão avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica de cada licitante e a exequibilidade das propostas apresentadas;

6.2. A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências contidas nesta Concorrência Pública.

B - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE "B"

6.3. A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço GLOBAL, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações;

6.4. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos;

6.5. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das proponentes, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;

6.6. Será declarada vencedora a proposta de menor preço entre as LICITANTES classificadas.

6.7 – SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:

6.7.1. Que não atenderem as exigências desta Concorrência Pública;

6.7.2. Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexequíveis;

6.7.3. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Concorrência Pública, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



6.7.4. A proposta vencedora será a de menor preço global, atendidos os critérios estabelecidos nesta Concorrência Pública;

6.7.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;

6.7.6. De conformidade com o parecer da CPL, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação;

6.7.7. Com preço excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado pela Prefeitura Municipal De Itarema, estabelecido no item 4.5 desta Concorrência Pública.

7.0 – DA ADJUDICAÇÃO

7.1. A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

8.0 – DO CONTRATO

8.1. Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa a presente Concorrência Pública, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da convocação encaminhada à licitante vencedora do certame;

8.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

8.3. Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da proposta vencedora, seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

8.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

9.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



9.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.3. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais e/ou Faturas, devidamente atestadas pela Secretaria de Obras E Serviços Públicos. Conforme o acordado.

10.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Concorrência Pública, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

10.3. Utilizar profissionais devidamente habilitados;

10.4. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

10.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

10.6. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

10.7. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.8. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

10.9. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Itarema por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura de Itarema;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



- 10.8. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- 10.9. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 10.10. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 10.11. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- 10.12. Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- 10.13. A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados;
- 10.14. Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- 10.15. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- 10.16. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria de Obras E Serviços Públicos, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- 10.17. Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, sob pena de retardar o processo de pagamento;

11.0 – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato terá prazo de vigência da data de sua assinatura pelo período estabelecido em cada CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, com o prazo máximo de acordo com cronograma



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



físico-financeiro, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, caso seja justificável.

12.0 – DOS PRAZOS

12.1. O prazo de execução do objeto desta Concorrência Pública é definido pelo período estabelecido em cada CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, com o prazo máximo de acordo com cronograma físico-financeiro, contados a partir da data de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

12.2. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Prefeitura de Itarema;

12.3. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias antes da data do término do prazo contratual, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

12.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, não serão considerados como inadimplemento contratual.

13.0 – A FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal/Recibo do objeto e ou fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela Secretaria de Obras E Serviços Públicos do Município de Itarema, que atestará a execução do objeto licitado;

13.2. Caso a medição seja aprovada pela Secretaria de Obras E Serviços Públicos, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

14.0 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

14.1. Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei Nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, alínea "d" do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.0 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação, nos locais estabelecidos, Vide Projeto em anexo;

15.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto, de acordo com as especificações



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



estabelecidas no ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA DE PREÇO, BDI E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

16.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega/execução do objeto da licitação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias.

b.4) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontadas "ex-offício" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto ao Obras e Serviços Públicos do Município de Itarema, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

17.0 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Art's. 77 a 80 da Lei no 8.666/93;

17.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei no 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1o a 4o, da Lei citada.

18.0 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1o, do art. 65, da Lei de Licitações.

19.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei no 8666/93 e suas alterações;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



19.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente;

19.3. Os recursos serão protocolados na Prefeitura e encaminhados à Comissão de Licitação;

20.0 – DA FONTE DE RECURSOS

20.1. O valor global do contrato a ser celebrado com a empresa vencedora, correrá por conta dos recursos financeiros para pagamento das despesas correrão por conta de recursos oriundo do Departamento de Estradas e Rodovias – DER do Estado do Ceará, através do MAPP 1248, com a seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
0601.26.782.0501.1.014.0000	4.4.90.51.00

21.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta Concorrência Pública;

21.2. Todas as Declarações firmadas e apresentadas nesta Concorrência, seja nos documentos habilitatórios ou propostas de preços acompanharão obrigatoriamente assinatura e reconhecimento de firma do Declarante, ficando desde já inteirados de que caso não seja atendida esta exigência a licitante ficará inabilitada e/ou desclassificada;

21.3. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização;

21.4. É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Itarema, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Itarema, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

21.5. A homologação da presente Licitação será feita pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Obras E Serviços Públicos do Município de Itarema, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93;

21.6. A CPL poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação;



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



21.7. Os autos do presente processo administrativo de Pregão ficarão à disposição para vistas e conferência dos interessados no endereço abaixo:

21.8. Os casos omissos desta Concorrência Pública serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos da legislação pertinente;

21.9. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Itarema, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

Itarema – CE , 27 de Março de 2018

Francisca Neuza da Cunha Martinez
Presidente da Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Itarema

Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000

Fone: (0xx88) 3667.1133 | Fax: (0xx88) 3667-1340

CNPJ: 07.663.941/0001-54 | CGF: 06.920.187-0

17

